

GRAN

GRAN TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ 18.260.822/0001-77

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2023 e 2022

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		(Em milhares de Reais)
		2023	2022	2023	2022	
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.577	5.093	8.860	5.525	
Contas a receber	6	69.857	71.138	80.877	71.900	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	6.259	7.451	6.825	7.460	
Despesas antecipadas	8	4.276	2.514	4.697	2.567	
Outros ativos		499	203	549	231	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		86.468	86.399	101.808	87.683	
NÃO CIRCULANTE						
Impostos diferidos ativos	7	5.970	5.471	7.335	6.628	
Outros ativos		7.529	251	973	251	
Investimento em controladas	9	14.591	19.576	5.563	5.593	
Imobilizado	10	9.209	10.279	9.969	10.792	
Intangível	11	90.921	52.127	104.590	64.630	
Direito de uso	12	5.577	6.070	9.624	10.592	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		133.797	93.774	138.054	98.486	
TOTAL DO ATIVO		220.265	180.173	239.862	186.169	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Gran Tecnologia e Educação S.A. ("Companhia" ou "Gran Cursos") é uma sociedade anônima de Capital Fechado e domiciliada no Brasil, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco J - sala 201, sala 601, sala 1101 parte, sala 1201 parte; sobreloja 03 e 05 parte, Edifício Carlton Tower, Bairro Asa Sul - CEP 70.070-120, Brasília - DF. O Gran Cursos e suas controladas tem como atividades preponderantes a prestação de serviços educacionais no Brasil, principalmente na forma de cursos preparatórios voltados a concursos públicos e exames de classes por meio de uma plataforma online, além de oferecer cursos de graduação e educação continuada de forma presencial em seu campus universitário em Curitiba - PR e à distância. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria Executiva, em 29 de fevereiro de 2024. **1.1. Aquisições e investimentos:** (a) **Combinação de negócios (Nota 4):** Em 1º de junho de 2022, a Companhia celebrou o contrato de compra e venda (data da transação) da totalidade do capital social da Faculdade Fulgor Educação Superior Ltda, atualmente denominada Gran Centro Universitário Ltda ou "Gran Centro Universitário", data na qual a contraprestação prevista no contrato de compra e venda foi transferida e o controle da Fulgor foi transferida para a Companhia, após condições precedentes usuais. A Gran Centro Universitário tem como atividade principal a prestação de serviços educacionais de graduação e educação continuada presenciais e à distância através do campus localizado em Curitiba - PR. (b) **Investimentos (Nota 12):** Em 11 de setembro de 2022, a Companhia celebrou o contrato de compra e venda de ações e acordo de investimento na Soul Code Academy Capacitação Profissional S.A. "Soul Code", no valor de R\$ 6.000, equivalente a 10% da empresa e direito a assentos no conselho e influência significativa sobre a Soul Code. A Soul Code tem como atividade principal a prestação de serviços educacionais de cursos técnicos do setor de tecnologia para atendimento a demandas específicas de empresas desse setor. A Soul Code é localizada na cidade de São Paulo - SP, com atendimento através de cursos à distância para alunos localizados em todo o território nacional.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são do grupo constituído pela Gran Cursos e suas controladas. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valores. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação contrária. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A tabela abaixo lista as controladas da Companhia:

Nome	Principais atividades	Localização	Tipo de Investimento	Participações diretas
Faculdade Gran Ltda	Cursos de graduação e educação continuada presencial e à distância	Brasília - DF	Controlada	100% 100%
Gran Centro Universitário Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial e à distância	Curitiba - PR	Controlada	100% 100%

O Grupo consolida as informações financeiras de todas as entidades sobre as quais detém o controle. O controle é obtido quando o Grupo está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. Os saldos contábeis, composições, movimentações e todas as informações referentes ao período comparativo da controladora são os mesmos para o consolidado, devido a controlada Faculdade Gran Ltda estar inoperante e não causar nenhum impacto nas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **(a) Controladoras:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo até a data em que o Grupo deixa de ter o controle. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuado a baixa dos correspondentes ativos (inclusive ativos), passivos, participações e consolidação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

tém um componente significativo de financiamento ou para as quais o Grupo aplicou o expediente prático, o Grupo mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros (SPPI)" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é referida como o teste SPPI e é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como: ativos financeiros ao custo amortizado ou ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado** O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro foi mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativamente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresente redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. A Companhia reclassifica ativos financeiros somente quando sua absorção de negócios para gerenciar esses ativos muda. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao custo amortizado mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se faltarem os testes de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de se beneficiar de ganhos ou perdas líquidos dos custos de transação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do bal

>>>

GRAN TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO S.A.

do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa consistem em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de valor e considerada parte integrante da gestão de caixa do Grupo. **(d) Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Esses gastos incluem licenças de software pré-pago, prêmios de seguro e férias pré-pagas aos funcionários. **(e) Arrendamentos:** O Grupo aluga escritórios, edificações e equipamentos. Contratos de arrendamento são normalmente celebrados para períodos fixos de 1 a 20 anos, mas podem conter opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados devem ser segurados pelo arrendatário. Os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Em 2022, a Companhia adotou a IFRS 16/CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, reconhecendo o efeito do ajuste no patrimônio líquido. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece passivos de arrendamento mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem efetuados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber), pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de índice ou de taxa, e valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos também incluem o preço de exercício de uma opção de compra se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamentos que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, o Grupo utiliza a taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, se a taxa de juros implícita no arrendamento não for promptly determinada. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos fixos na essência do arrendamento ou uma alteração na avaliação para comprar o ativo subjacente. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiros foi recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, seu financiamento recente com terceiros; e O Grupo está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos nos passivos de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. **Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo a seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles que possuem um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contém uma opção de compra). O Grupo também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por impairment, e ajustados por qualquer nova remensuração das passivas de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento recebidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a impairment. **(f) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação média
Equipamentos de informática	20%
Móveis, equipamentos e utensílios	10%
Livros	33%
Benfeitoria em imóvel de terceiros	20%
Estúdio	10%
Máquinas e equipamentos	10%

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **(g) Intangível Softwares e material didático:** As licenças de software e os materiais didáticos desenvolvidos internamente são capitalizadas e seus custos são amortizados durante suas vidas úteis estimadas. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software/material identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que ele esteja disponível para uso ou venda; • A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo; • O software/projeto pode ser vendido ou usado; • Os benefícios futuros associados ao software podem ser demonstrados; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o design e para o uso ou venda do software/projeto; e • As despesas atribuíveis ao software/projeto durante seu desenvolvimento podem ser mensuradas de forma confiável. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto do software/material, incluem os custos com empregados alocados desenvolvimento do software/projeto e uma parcela adequada das despesas relevantes. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento anteriormente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em um período subsequente. Os custos de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. A vida útil estimada para softwares de 5 anos e para os materiais didáticos é de 3 anos. **Ágio:** O ágio é mensurado como a diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida e outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. No caso de uma compra vantajosa, o excesso do valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida sobre o preço de compra é reconhecido na demonstração do resultado na data da aquisição. As revisões de impairment do agio são realizadas anualmente e com maior frequência a eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. O agio é contabilizado ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do agio na entidade alienada. **Licenças de operação - Universidade:** A licença de operação ao direito de operar uma instituição de ensino universitário em um determinado município, com autorização do Ministério da Educação, e para obter esses direitos, uma instituição deve atender a vários requisitos, onde a infraestrutura acadêmica e física é avaliada. Dessa forma, isso foi identificado e alocado à combinação de negócios do Grupo e avaliado como tendo uma vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que essa licença é concedida, a probabilidade de perdê-la é praticamente nula. As revisões de impairment das licenças de operação para ensino a distância são realizadas anualmente ou com maior frequência a eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. As licenças de operação para ensino a distância são contabilizadas ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. **(h) Impairment de ativos não financeiros:** O Grupo avalia, a cada data de balanço, se há uma indicação de que um ativo pode estar com perda por redução ao valor recuperável (impairment). Se houver alguma indicação, ou quando for necessário o teste anual de impairment para um ativo, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa amplamente independentes das de outros ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituida uma provisão para impairment com a finalidade de ajustar o valor contábil ao seu valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, adotando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na determinação do valor justo menos custos de alienação, transações recentes de mercado são levadas em consideração. Se nenhumas dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de cada exercício no nível da UGC, quando apropriado. **(i) Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. **(j) Provisão para contingências:** As provisões para contingências relativas a processos judiciais e administrativos envolvendo assuntos trabalhistas, fiscais e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antecipada que reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(k) Salários e encargos sociais:** As despesas com salários e encargos sociais são contabilizadas quando o respectivo serviço é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago a seu fornecedor de maneira confiável. **(l) Receitas de contratos com clientes:** A receita do Grupo consiste principalmente em mensalidades cobradas pelos cursos preparatórios, cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada. O Grupo também gera receita com taxas de estudantes e certas atividades relacionadas à educação. A receita de mensalidades é reconhecida ao longo do tempo quando os serviços são prestados cliente e o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca desses serviços. As receitas de mensalidades são reconhecidas líquidas de bolsas de estudo e outros descontos, reembolsos e impostos. Outras receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca do serviço. Outras receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. **Contas a receber:** As contas a receber representam o direito do Grupo a uma contraprestação incondicional (isto é, apenas a passagem do tempo é necessária antes do vencimento da contraprestação). Consulta as políticas contábeis de ativos financeiros em Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente. **Adiantamentos de clientes:** Os adiantamentos de clientes (uma obrigação contratual) se referem à obrigação de transferir serviços para um cliente pelo qual o Grupo recebeu uma contraprestação do cliente, como resultado de mensalidades pré-pagas recebidas de estudantes e são reconhecidos separadamente no passivo circulante, quando o pagamento é recebido. Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando o Grupo cumpre todas as obrigações relacionadas ao contrato. **(m) Resultado financeiro:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras incluem despesas com juros sobre parcelamento de impostos e outros passivos financeiros, incluindo os juros incorridos sobre as contas a pagar por aquisição de controladas e passivos de arrendamento. **(n) Lucro por ação (LPA):** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: • O lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo qualquer custo de manutenção do patrimônio líquido que não sejam ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado por elementos de bônus sobre ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 19). • O lucro diluído por ação ajusta os valores utilizados na determinação do lucro básico por ação para levar em consideração o efeito depois dos impostos de renda de juros e outros custos de financiamento associados a ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores, e a quantidade média ponderada de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. **(o) Impostos: Incentivos fiscais:** Prouni: As empresas de ensino superior mantidas pela CPMF fazem parte do Programa Universidade para Todos - Prouni, que estabelece, por meio da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais para instituições de ensino superior que oferecem em troca bolsas integrais e parciais para um certo número de estudantes de baixa renda matriculados em programas tradicionais de graduação e de graduação tecnológica. Os seguintes impostos federais estão incluídos na isenção: • Impostos de renda: Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"); • Contribuições sobre a receita: Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). **Lei do bem:** A Lei n. 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, visa estimular o Desenvolvimento Tecnológico e o Desenvolvimento Econômico do Brasil por meio da concessão de incentivos fiscais a empresas de todos os setores que investem em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à confecção de novos produtos, processos, sistemas e serviços e, ainda, ao aperfeiçoamento daqueles pre-existentes ou pré-estabelecidos, resultando em efeito de ganho de qualidade ou produtividade. Os principais incentivos fiscais na pesquisa consistem na impossibilidade de exclusão (no Lucro Real e na Base de Cálculo da CSLL) de 60% a 80% dos valores investidos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, além da depreciação integral e amortização acelerada dos bens adquiridos para uso exclusivo nesses projetos. Com isso, a Lei do Bem promove o aumento da competitividade das empresas no mercado e da competitividade do país frente a outros países, além de torná-lo mais atrativo para manutenção e instalação de empresas estrangeiras. **Impostos de renda correntes:** Os impostos de renda no Brasil são compostos por IRPJ e CSLL. De acordo com a legislação tributária brasileira, o IRPJ e a CSLL são avaliados e pagos por cada pessoa jurídica e não de forma consolidada. Os impostos de renda de cada entidade são calculados com base no lucro tributável pelas adições e exclusões previstas na legislação. Os impostos de renda correntes para as entidades com direito ao programa Prouni foram calculados com base nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, que permite a isenção desses impostos das atividades tradicionais e tecnológicas de graduação. Os impostos de renda correntes ativos e passivos são mensurados ao valor previsto a ser resarcido pelas, ou pago às, autoridades fiscais. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado. **Impostos de renda diferentes:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, os impostos diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser usados para compensar a diferença entre a regulamentação fiscal aplicável e as interpretações e estabelecer provisões, quando apropriado. **Impostos sobre vendas e outros:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incriminação do item de ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar são demonstrados com o valor dos impostos sobre vendas incluído. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperáveis ou a pagar à autoridade tributária, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço contábil. As contribuições, às seguintes alíquotas nominais: PIS e COFINS são contribuições devidas ao governo federal brasileiro sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, pois estão atuando como agentes de retenção na fonte em nome das autoridades fiscais. PIS e COFINS pagos sobre determinadas compras podem ser ativados como créditos tributários para compensar PIS e COFINS a pagar. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente com os impostos a pagar e apresentados líquidos, uma vez que os valores são devidos à mesma autoridade tributária. PIS e COFINS são contribuições calculadas sob dois regimes diferentes, de acordo com a legislação tributária brasileira: método cumulativo e método não cumulativo. O regulamento do Prouni define que as receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicas são isentas de PIS e COFINS. Para as receitas de outras atividades de ensino, PIS e COFINS são cobrados com base no método cumulativo às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. ISS é um imposto devido aos municípios sobre as receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo pelos serviços que o Grupo presta. Esses valores são reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, uma vez que o Grupo atua como agente que recebe esses impostos em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2,00% a 5,00%.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações. A incerteza sobre essas premissas e estimativas pode resultar em resultados que requerem um ajuste relevante no valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Outras divulgações relacionadas à exposição do Grupo a riscos e incertezas incluem: • Gestão de capital - Nota 24; • Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos - Nota 22.4; • Análises de sensibilidade - Nota 22.4.1. **Estimativas e premissas:** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. O Grupo baseou suas premissas e estimativas nos parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. As circunstâncias e premissas existentes sobre desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças no mercado ou circunstâncias que surgem e estão fora do controle do Grupo. Tais mudanças são refletidas nas premissas em que ocorrem. **(a) Impairment de ativos não financeiros:** O impairment existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") ou grupo de UGCs excede seu valor recuperável, definido como o maior entre seu valor justo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de alienação é baseado em dados disponíveis de transações de vendas vinculativas, conduzidas como se fosse com partes não relacionadas, para ativos similares ou preços observáveis de mercado menos custos incrementais de alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado (modelo "DCF"). Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação como as quais o Grupo ainda não se comprometeu ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para o modelo DCF, bem como as entradas de caixa futuras esperadas e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **(b) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação. Os dados desses modelos são obtidos de mercados observáveis sempre que possível, mas onde isso não for viável, é necessário um certo julgamento para estimar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relacionadas a esses fatores poderiam afetar o valor justo registrado dos instrumentos financeiros. Consulte a Nota 22 para mais detalhes. **(c) Perdas de crédito em contas a receber:** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber, aplicando uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera que as contas a receber estão em situação de inadimplência quando o custo de alienação é maior que o custo de aquisição. As informações sobre a provisão para perdas de créditos esperadas estão divulgadas na Nota 6. **(d) Provisão para contingências:** O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos, conforme divulgado na Nota 16. A provisão para contingências é constituída para todos os processos avaliados como perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(e) Prazo de arrendamento dos contratos com opções de renovação:** O Grupo determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual não cancelável e um prazo adicional equivalente ao mesmo período do contrato apenas quando o contrato estiver a menos de um ano do vencimento. O Grupo tem a opção, de acordo com alguns de seus arrendamentos, de arrendar os ativos por prazos adicionais. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo o exercício da opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação. Apesar da data de início, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estão sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovação (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios). **(f) Taxa incremental sobre contratos de arrendamento:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seu contrato de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de utilidade. A adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validade de que os contratos agrupados possuem características similares. O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo para entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

O Grupo usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos na data de aquisição dos ativos transferidos, dos passivos incorrid

>>>

GRAN TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO S.A.

(b) Adiantamentos de clientes: Os contratos de alunos com cobrança anual são reconhecidos como adiantamento de clientes, pois o valor já foi cobrado integralmente do cartão de crédito do aluno e a Companhia tem a obrigação de prestar o serviço contratado. O valor registrado em adiantamento de clientes referente aos contratos anuais em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 59.096 (R\$ 42.671 em 2022).

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado: Os impostos de renda divergem do valor teórico que seria obtido usando as alíquotas nominais de impostos de renda aplicáveis aos resultados das entidades do Grupo, como segue:

	Controladora	Consolidado		
2023	2022	2023	2022	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	22.112	(22.807)	21.898	(23.774)
Alíquota nominal combinada de impostos de renda	3,4%	3,4%	3,4%	3,4%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(7.518)	7.754	(7.445)	8.083
Despesas não dedutíveis	(492)	(1.385)	(507)	(814)
Outros	1.986	(153)	2.142	(86)
Total do imposto de renda e da contribuição social	(6.024)	6.216	(5.810)	7.183
Alíquota efetiva	27%	27%	27%	30%
Despesa de impostos de renda e contribuição social corrigidas	(6.530)	—	(6.530)	—
Receita de impostos de renda e contribuição social diferidos	506	6.216	720	7.183

(b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar: A Companhia realizou antecipações de IR e CSLL, especialmente no começo dos períodos fiscais devido ao alto faturamento sazonal que ocorre no começo do ano. O valor de impostos sobre o lucro a recuperar é de R\$ 6.259 em 2023 (R\$ 7.451 em 2022).

(c) Impostos diferidos: Os impostos diferidos registrados no balanço patrimonial estão apresentados de forma líquida no ativo.

	Balanço	Resultado		
2023	2022	2023	2022	
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	4.390	4.390	—	4.930
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(893)	(903)	10	—
Contingências	31	9	22	9
Arrendamentos	228	213	15	55
Outras provisões	132	47	85	47
Total	2.082	1.715	374	1.715
Impostos diferidos ativos	6.863	6.374	—	—
Impostos diferidos passivos	(893)	(903)	—	—

	Balanço	Resultado		
2023	2022	2023	2022	
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	4.390	4.390	—	4.930
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(893)	(903)	10	—
Provisão para perdas de crédito esperadas	453	94	359	94
Contingências	228	213	15	55
Arrendamentos	1.096	47	1.049	47
Outras provisões	2.061	2.787	(713)	2.597
Total	7.335	6.628	720	7.183
Impostos diferidos ativos	8.228	7.531	—	—
Impostos diferidos passivos	(893)	(903)	—	—

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora	Consolidado		
2023	2022	2023	2022	
Adiantamentos a fornecedores	437	1.310	663	1.319
Adiantamentos a funcionários	186	786	243	816
Seguros	458	411	596	425
Adiantamento de serviços a apropriar	3.045	—	3.045	—
Outros	150	7	150	7
Despesas antecipadas	4.276	2.514	4.697	2.567

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

(a) Composição dos investimentos da controladora:

	2023	2022
Investimento em Subsidiária	1.960	6.945
Ajúgo na aquisição	12.631	12.631
Total Investimentos	14.591	19.576

(b) Movimentação dos investimentos da controladora:

	Gran Centro Universitário	Soul Code (i)	TOTAL
100%	10%	—	—
—	—	—	—
419	—	419	—
6.000	6.000	6.000	6.000
2.618	—	2.618	—
(1.685)	(407)	(2.092)	—
1.352	5.593	6.945	—
171	—	171	—
(2.868)	—	(2.868)	—
80	—	80	—
(2.338)	(30)	(2.368)	—
(3.603)	5.563	5.960	—

(i) Investimento atualizado por equivalência patrimonial devidos a Companhia ter influência significativa na administração da Soul Code equivale ao valor de investimento apresentado no consolidado (Nota 1).

(c) Movimentação do ágio:

	2023
Ajúgo na aquisição	—
Em 1 de janeiro	—
Combinação de negócios	12.647
Amortização	(16)
Em 31 de dezembro 2022	12.631
Combinação de negócios	—
Amortização	—
Em 31 de dezembro 2023	12.631

10. IMOBILIZADO

	Controladora	Estúdios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de Informática	Total
Em 31 de dezembro de 2021	Valor residual	1.001	2.949	935	347	5.433	10.665
Custo	1.544	3.979	1.233	988	7.912	15.656	
Depreciação acumulada	(543)	(1.030)	(298)	(641)	(2.479)	(4.991)	
Aquisições	8	782	413	2.104	3.836	7.143	
Baixas	(829)	(1.723)	(576)	—	(1.387)	(4.515)	
Depreciação	(155)	(488)	(140)	(352)	(1.879)	(3.014)	
Em 31 de dezembro de 2022	25	1.520	632	2.099	6.003	10.279	
Custo	37	2.034	766	2.992	8.495	14.324	
Depreciação acumulada	(12)	(514)	(134)	(893)	(2.492)	(4.045)	
Aquisições	—	203	337	—	1.673	2.212	
Baixas	(0)	(172)	(109)	(5)	(392)	(678)	
Depreciação	(4)	(213)	(70)	(536)	(1.747)	(2.569)	
Outras movimentações	—	—	—	—	(36)	(36)	
Em 31 de dezembro de 2023	21	1.338	791	1.558	5.501	9.209	
Custo	37	2.065	994	2.987	9.740	15.823	
Depreciação acumulada	(16)	(727)	(204)	(1.429)	(4.239)	(6.614)	
Valor residual	21	1.426	1.160	1.558	5.805	9.969	

	Controladora	Estúdios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de Informática	Livros em biblioteca	Total
Em 31 de dezembro de 2021	Valor residual	1.001	2.949	935	347	5.433	—	10.665
Custo	1.544	3.979	1.233	988	7.912	15.656	—	—
Depreciação acumulada	(543)	(1.030)	(298)	(641)	(2.479)	(4.991)	—	—
Aquisições	8	782	511	2.104	3.842	—	7.247	—
Baixas	(829)	(1.723)	(576)	—	(1.387)	—	(4.515)	—
Combinação de negócios	—	91	300	—	109	1	501	—
Depreciação	(155)	(580)	(140)	(352)	(1.879)	—	(3.106)	—
Em 31 de dezembro de 2022	25	1.519	1.030	2.099	6.118	1	10.792	—
Custo	37	2.034	1.426	2.992	8.792	1	15.282	—
Depreciação acumulada	(12)	(515)	(396)	(893)	(2.674)	—	(4.490)	—
Aquisições	—	334	339	—	2.162	—	2.835	—
Baixas	(0)	(173)	(111)	(5)	(577)	—	(866)	—
Depreciação	(4)	(227)	(99)	(536)	(1.862)	—	(2.728)	—
Outras movimentações	—	(27)	—	—	(36)	(1)	(64)	—

>>>

GRAN TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO S.A.

financeiros é financiar as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo incluem contas a receber e caixa e equivalentes de caixa que derivam diretamente de suas operações. O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo monitora os riscos de mercado, crédito e operacional de acordo com os objetivos de gestão de capital e conta com o apoio, monitoramento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A política do Grupo é que nenhuma negociação de derivativos para fins especulativos possa ser realizada. O Conselho de Administração revisa e concorda com as políticas de gerenciamento de cada um desses riscos, que estão resumidas abaixo. **i. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mercado está relacionada ao risco de taxa de juros. A análise de sensibilidade nas seções a seguir se refere à posição em 31 de dezembro de 2023. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado referente-se principalmente a aplicações financeiras e contas a pagar por aquisição de controladas, sujeitos, em cada caso, a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (ou taxa de inflação do IPCA). **Análise de sensibilidade:** A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros das aplicações financeiras e contas a pagar por aquisição de controladas. Com todas as variáveis mantidas constantes, o lucro antes dos impostos do Grupo é afetado pelo impacto da taxa de juros variável, como segue:

Controladora	Saldo em 31.12.2023	Índice - % ao ano	Cenário provável	Aumento/redução na taxa de juros	
				Cenário possível	Risco 25% 75%
Empréstimos e financiamentos	21.031 CDI - 12,39%		2.606 Aumento	3.257	4.560
Passivos de arrendamento	6.325 IPCA - 5,78%		366 Aumento	457	640
Consolidado	Saldo em 31.12.2023	Índice - % ao ano	Cenário provável	Aumento/redução na taxa de juros	Cenário possível remoto 25% 75%
Empréstimos e financiamentos	26.031 CDI - 12,39%		3.225 Aumento	4.032	5.644
Passivos de arrendamento	11.080 IPCA - 5,78%		640 Aumento	801	1.121

O cenário provável reflete o resultado previsto utilizando as taxas de fechamento dos juros prefixados e dos índices de inflação no final do ano. O cenário possível projeta uma variação de 25% nessas taxas e, no cenário remoto, uma variação de 75%, tanto de alta quanto de baixa, sendo consideradas as maiores perdas resultantes do fator de risco. **ii. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com cliente, levando a uma perda financeira. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O risco de crédito do cliente é gerenciado pelo Grupo com base na política, procedimentos e controles estabelecidos relacionados ao gerenciamento de risco de crédito de clientes. Os recebíveis de clientes pendentes são monitorados regularmente. Consulte a Nota 6 para informações adicionais sobre as contas a receber do Grupo. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria do Grupo, de acordo com a política do Grupo. Os investimentos de recursos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito para os componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os valores contábeis de seus ativos financeiros. **iii. Risco de liquidez:** A Administração do Grupo é responsável por monitorar o risco de liquidez. Para atingir o objetivo do Grupo, a Administração revisa regularmente o risco e mantém reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com instituições financeiras de primeira linha. A Administração também monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os principais requisitos de recursos financeiros utilizados pelo Grupo decorrem da necessidade de efetuar pagamentos a fornecedores, despesas operacionais e obrigações com salários e encargos sociais.

23. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo avaliou que os valores justos dos instrumentos financeiros ao custo amortizado, como caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber correntes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e pagamentos antecipados de clientes se aproximam de seus valores contábeis, em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos. Obrigações de arrendamento mercantil têm seu valor contábil ajustado pela respectiva taxa efetiva de juros para serem apresentados o mais próximo possível de seu valor justo.

24. GERENCIAMENTO DO CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são de salvaguardar o pressuposto de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O Grupo administra sua estrutura de capital e faz ajustes à luz de mudanças nas condições econômicas. Para manter e ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital aos acionistas ou emitir novas ações. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuiu uma estrutura de capital projetada para viabilizar sua estratégia de crescimento, organicamente ou por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em

consideração o potencial de retorno esperado. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gerenciamento de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O capital é administrado considerando a posição consolidada. O Grupo não possui nenhuma transação sujeita a covenants financeiros.

25. SEGUROS

A Companhia mantém seguros para responsabilidade civil, riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão, seguro de fiança locatícia e de administradores. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia tem como política contratar seguros com cobertura nos seguintes riscos:

Controladora	Consolidado
2023	2022
22.820	26.720
30.000	30.000
—	2.250
52.820	56.720
105.070	106.720

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2024, a Companhia captou na modalidade de capital de giro o montante de R\$20.000, com vencimento em 01/02/2027 e com encargos CDI + 3,276% a.a. de taxa de juros.

MEMBROS DO CONSELHO

Gabriel Vinícius Carvalho Granjeiro Presidente do Conselho de Administração	Felipe Gottlieb Membro do Conselho de Administração
Rodrigo Teles Calado Vice-Presidente do Conselho de Administração	Renato Antonio Secundo Mazzola Membro do Conselho de Administração
João Victor Carneiro Mokidissi Membro do Conselho de Administração	Mariana Vasques Sang Membro do Conselho de Administração
—	Ricardo Gambarotto Membro do Conselho de Administração

CONTADOR

Michele Kakimori
CRC SP 325435/0-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
Gran Tecnologia e Educação S.A.
Brasília - DF

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gran Tecnologia e Educação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Gran Tecnologia e Educação S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Brasília, 29 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/0
Fabio Bobis dos Santos
Contador CRC- SP244545/0

Página 4 de 4

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 04/04/2024

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
verificada a lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do Jornal de
Brasília ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

